



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Bauer, Carlos; Espíndola Fernandes, Maria Dilnéia; Lima Jardimino, José Rubens
DA EDUCAÇÃO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS - HISTORICIDADE, PROBLEMÁTICAS ATUAIS E
POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS

EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 311-331

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512786001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DA EDUCAÇÃO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – HISTORICIDADE, PROBLEMÁTICAS ATUAIS E POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS

Introdução

A origem deste número da Revista *Eccos* que trouxe durante 2009 em suas páginas o dossiê temático Educação e movimentos sociais está associada à compreensão do seu caráter educativo, à repercussão nas discussões pertinentes às temáticas Direitos Constitucionais, aos Direitos Humanos e à conquista da Cidadania e o seu papel na construção de uma sociedade e de um Estado democrático no Brasil.

Também queremos lembrar uma série de encontros e conversas informais que mantivemos com os membros e participantes do Grupo de Trabalho (GT) 03 – Movimentos Sociais e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), bem como a provocação e a demanda da Rede Iberoamericana de Investigação em Políticas Educativas (Riaipe), que elegeu o tema do dossiê presente neste volume (números I e II) como eixo estruturante da pesquisa de suas diversas equipes. Foram esses, entre outros, que nos estimularam a produzir esse material e poder cooperar com a difusão de algumas pesquisas que estão sendo realizadas pelos pesquisadores da área.

Claro que se trata de uma forma extremamente modesta de contribuir para um melhor conhecimento desses estudos. No entanto, a sua publicação nos fornece alguns contributos necessários, principalmente, aos que buscam compreender e analisar as forças políticas vivas e pulsantes da sociedade civil, quer seja por meio de suas ações, relações sociais, bases teóricas ou ainda por

intermédio da participação na construção daquilo que poderíamos chamar de uma nova cultura política e social, que vem se constituindo e, cada vez mais, se desenvolvendo nas relações que se estabelecem entre educação e os mais variados interesses e perspectivas sociais.

Desta forma o debate sobre essa temática nos parece crucial para compreender tanto as contradições sociais que estão em curso na atual etapa histórica quanto também o registro e a difusão das análises desses caminhos alternativos que os movimentos sociais representam na tentativa de se erigir uma sociedade civil participativa e democrática.

Principalmente se levarmos em conta que esses estudos são os que possibilitam uma maior visibilidade das tensões sociais e a emergência de uma práxis contra-hegemônica, compromissada com a vigência histórica de uma educação intrínseca e indissolúvelmente ligada aos interesses e à participação populares. Ou ainda a compreensão de que os movimentos sociais efetivamente traduzem a possibilidade e, muitas vezes, o exercício de uma sociabilidade radicalmente diferente daquela que experimentamos em nossos dias.

Um pouco de história

A trajetória histórica do Brasil independente é povoada por muitas contradições e desde seu nascimento e mesmo com o fim do período imperial, não foi capaz de vislumbrar as transformações sociais e a conquista dos direitos próprios de uma sociedade que se quer justa e democrática. Pelo contrário, registraram-se tensões e o descontentamento produziu um cenário marcado pela presença dos movimentos sociais em nossa história, fortemente comprometidos com a sua efetivação em nosso país.

No que se refere à relação entre educação e movimentos sociais, elas também são bem remotas e podem, por exemplo, ser identificadas em movimentos como A Praieira (1848-50), registrado no atual estado de Pernambuco,

por conta de seu programa de forte conteúdo social e pela presença de lideranças como a de Antonio Pedro de Figueiredo, que além de jornalista era professor do Ginásio Pernambucano – um dos raros liceus provinciais que conseguiram escapar da centralização do período imperial –, sendo, inclusive, considerado um dos precursores das ideias socialistas no Brasil.

Confessadamente influenciado pelos movimentos utópicos e pelas revoltas europeias de 1848, Antonio Pedro utilizou as páginas dos jornais para clamar contra a miséria dos trabalhadores e apontar soluções reformistas que passavam pela educação do povo para que pudessem ser superadas.

Durante a chamada República Velha (1889-1930), com o poder político e econômico controlado pelas oligarquias do setor cafeeiro, com as questões sociais sendo tratadas como casos de polícia pelas autoridades governamentais a participação popular na vida política produziu um quadro de revoltas em que se registram episódios como a Guerra de Canudos (1896) e a Revolta da Vacina (1904).

A busca da superação das injustiças resultou no primeiro congresso operário brasileiro e na criação em 1906 da Confederação Operária Brasileira (COB), nos movimentos pacifistas contra a eclosão e pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), nas greves operárias (1914, 1917, 1918) e no levante do Forte de Copacabana. Ou ainda na fundação em 1922 do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Coluna Prestes em 1924, na criação do Bloco Operário Camponês(BOC) em 1928 e na Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) em 1929.

Foram ações e formas de organização nas quais as classes desfavorecidas procuravam reivindicar os seus mais elementares direitos.

Durante a vigência dessa Primeira República muitos movimentos procuravam estimular a organização de associações e sociedades mutualistas que pudessem auxiliar enfermos, viúvas e desempregados, estimulando a solidariedade no seio do nascente proletariado. Produziram uma imprensa classista muito ativa, diversificada e presente no cotidiano operário, organizaram con-

gressos e fundaram organizações políticas e sindicais de abrangência nacional. (BAUER, 1994 e 1995)

A ênfase que, por exemplo, os movimentos libertários davam à educação e à cultura como necessidades básicas dos trabalhadores eram muito grandes; porém, diferentemente dos socialistas e mesmo dos anarco-sindicalistas, se posicionavam radicalmente contra a sua efetivação por meio das instituições do Estado, da Igreja, do Exército, da família e da propriedade privada, seu lema por excelência era “nem pátria, nem patrão!” (HARDMAN, 1983)

Em 1930 instalou-se a Era Vargas que haveria de perdurar até 1945 e, com ela, o país caminhou para a industrialização, e a modernização de sua economia e de suas cidades. De fato, o país, impulsionado pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial, buscou sua inserção num cenário internacional conflituoso, em que os meios de comunicação de massa, como rádio, passavam a ter uma importância cada vez maior.

Nesse período se intensificaram as lutas sindicais e o governo Vargas buscava responder com políticas trabalhistas e o controle estatal dos sindicatos. Além do que, munido com um discurso nacionalista e com a decretação, em 1937, do Estado Novo instalou uma ditadura no país com a supressão dos direitos civis, políticos e sociais, sobretudo porque o projeto de desenvolvimento da nação se espelhava nos regimes totalitários europeus.

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto e, até 1964, o Brasil experimentou um curto verão democrático. Nesses dias merece destaque a tentativa de Vargas, de estabelecer um modelo de desenvolvimento industrial independente no país, demonstrado principalmente com a criação da Petrobrás e a nacionalização das riquezas do subsolo. Encontrou, todavia, enormes resistências das elites econômicas, empenhadas em associar-se com o capital internacional, situação que culminou na tentativa de golpe militar, abortado pela presença de milhares de pessoas que saíram às ruas protestando contra o seu suicídio em 1954.

Também é importante reconhecer que, com o fim da Segunda Guerra se verificou no Brasil uma intensificação do debate público sobre as condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais. Neste cenário, a luta por serviços públicos, pela instalação de equipamentos como escolas, hospitais e outros passaram a fazer parte das expectativas e reivindicações dos que organizavam os movimentos sociais, que haviam sido silenciados, perseguidos ou cooptados por quase uma década, desde o advento do Estado Novo. E, agora, redimensionavam e ampliavam o universo das demandas populares, deslocando para o associativismo popular nos bairros periféricos as “lutas por direitos” inalienáveis como é o caso da educação.

Logo depois, em 1955, tivemos a não menos conturbada e polêmica eleição de Juscelino Kubitschek (JK). Com JK, a implementação do seu Plano de Metas e a articulação com o capital internacional levou o país a vivenciar um surto desenvolvimentista, produzindo um período marcado pela construção de estradas, a instalação das montadoras do setor automobilístico e a mirabolante construção de um novo centro geopolítico do poder: Brasília.

O final do governo de Juscelino, a eleição e a meteórica passagem de Jânio Quadros na presidência da República mergulharam o país em nova crise política. Colapso esse agravado com a renúncia de Jânio, a contestada posse do seu vice, João Goulart, a promulgação do Ato Adicional que estabeleceu o Regime Parlamentarista, o plebiscito liderado por Goulart que garantiu a volta constitucional do Presidencialismo e a apresentação das Reformas de base pelo seu governo forneceram os ingredientes que forjaram o Golpe Militar de 1964.

Durante esse período, como consequência direta da disputa do ensino público versus privado, que havia se intensificado, por conta do projeto do deputado Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), que atendia aos interesses empresariais, privatistas, comerciais e, simultaneamente, ideológicos da Igreja Católica na educação, organizou-se a Campanha de Defesa da Escola Pública.

Essa formidável campanha de aglutinação política e social tinha como um dos seus principais lemas Mais verbas públicas para a educação pública, com o qual a União Nacional de Estudantes (UNE) mobilizava nacionalmente os universitários brasileiros.

Nesses primeiros anos da década de 1960, tivemos uma série de movimentos sociais e populares preocupados com as questões educacionais. Entre eles podemos lembrar os movimentos de difusão da cultura popular, como os Centros Populares de Cultura (CPC), criados pela UNE (FÁVERO, 1983), as iniciativas de educação de adultos, como o Movimento de Educação de Base (MEB), apoiado pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), que atuava no meio rural utilizando-se do rádio, principal meio de comunicação no período. Além da presença de diversos movimentos que empregavam o Método de Alfabetização de 40 horas, de Paulo Freire – que procurava por meio da associação entre o domínio cognitivo do letramento e a conscientização inserirem o educando no processo histórico –, aliás, essa metodologia se transformou no núcleo central do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, que se desenvolveu entre janeiro e abril de 1964. (BEISIEGEL, 1982)

A partir de 1964, o Brasil entrou num regime de ditadura civil-militar, com a supressão das mais elementares liberdades políticas, a decretação do Estado de Sítio, de diversos Atos Institucionais, da Lei de Segurança Nacional, cassações de sindicalistas, professores, parlamentares, prisões e torturas de operários, estudantes e ativistas de esquerda. Houve ainda outras arbitrariedades, que fizeram os conflitos sociais se espalharem em praticamente todo país.

Um momento nevrálgico se produziu, em 1968, com o Ato Institucional nº 5 que tornou o regime ainda mais fechado e autoritário, acirrando os ânimos e os protestos políticos promovidos por estudantes e trabalhadores. Os protestos evoluíram para ações guerrilheiras e a luta armada tornou-se uma das poucas alternativas políticas que restaram a um sem número de grupos que faziam oposição ao regime militar. Foram anos de intensa repressão e perseguição política, que levaram muitos brasileiros a serem torturados e mortos

nos porões da ditadura, quando alguns foram transformados em desaparecidos, um eufemismo que se criou para falar daqueles que nem mesmo tiveram o direito à sua própria morte; outros foram banidos do país e experimentaram o exílio.

Neste melancólico e trágico período da história do país, os movimentos sociais tiveram uma importância crucial tanto na organização de protestos quanto no processo de resistência democrática que puseram abaixo o regime militar, cujo símbolo emblemático nesse aspecto é o das “Diretas Já”.

Após um curtíssimo período de transição conservadora, entre 1985 e 1989, marcado por eventos como a eleição de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, sua morte, e a posse de seu vice, José Sarney, a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, o país parecia demonstrar que estava redemocratizado.

No entanto, isso não significou o fim das crises e das instabilidades políticas e econômicas, muito menos, da corrupção, pois com a eleição e o impeachment de Fernando Collor, a atmosfera de tensão social voltou a fazer parte do cotidiano nacional.

De lá pra cá, é importante reconhecer, respira-se certa estabilidade política e monetária, materializada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do seu sucessor e então opositorista Luís Inácio Lula da Silva. Ou seja, desde a decretação do Plano Real, em 1993, passando pela adesão às políticas privatizantes e neoliberais de FHC, até a adoção de políticas de cunho nitidamente focalizadas e a utilização de recursos públicos com intuito de estimular o crescimento econômico e minimizar os efeitos da crise mundial no Brasil, abriu-se um novo período de nossa história.

Com isso, as tensões e conflitos sociais e, por conseguinte, os próprios movimentos sociais passaram a serem encarados de uma forma substancialmente diferente daquela policialesca, reconfigurando suas formas de ação e capacidade organizativa. Ora incorporando novas temáticas em suas pautas reivindicativas e, não sem questionamentos e dificuldades,

ora assumindo um papel de interlocutores credíveis no fortalecimento da sociedade civil e na construção da democracia e da cidadania brasileira. (GOHN, 2007, 2009 e 2009b)

No panorama internacional e, particularmente, na América Latina (RESTREPO, 1990) a presença e a trajetória dos movimentos sociais também é muito marcante e responsável pela forma como a história foi escrita nos mais variados países do mundo. Mesmo os autores mais reticentes em reconhecer a sua importância e o seu papel nas transformações sociais, políticas e econômicas passaram, principalmente, a partir da década de 1960, a fazê-lo, incorporando-os no esforço que realizavam para explicar as causas, as consequências e o significado dos eventos registrados nesse ou naquele país.

No entanto, esse não foi o caso de Alain Touraine, que em pleno turbilhão dos acontecimentos do maio de 1968 publicou *Le mouvement de mai* ou *Le communisme utopique*. Essa obra pode ser considerada precursora de uma orientação na pesquisa acadêmica consagrada às ciências sociais, à sociologia, à antropologia, à ciência política, à educação e à história, pela qual, os movimentos sociais passariam a ser uma parte inseparável do seu próprio desenvolvimento.

Logo depois, em 1970, o próprio Touraine fundaria o Centro de Estudos dos Movimentos Sociais, assumindo que o seu trabalho consistiria, estruturalmente, no exame crítico dos movimentos sociais como artífices da história contemporânea. Tendo publicado vasta obra, com ampla repercussão internacional, o autor demonstrou que o interesse pelas lutas sociais contemporâneas deveria ser duradouro, afirmando que por meio delas se poderia fazer uma verdadeira análise social.

Em Alain Touraine temos também a proposta de que os cientistas sociais não poderiam se furtar de assumir um papel crucial com os atores sociais, defendendo, assim, o que poderíamos chamar do desenvolvimento de pesquisas-ações-intervenções. São essas que trazem consigo a proposta de que os próprios ativistas e atores sociais deveriam analisar as suas ações, por fim,

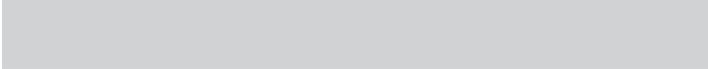
dispensando os analistas, pois na urdidura e desenvolvimento desses movimentos algo de essencial aos interesses sociais se enunciaria.

Evidentemente, essa forma de pensar os papéis dos movimentos sociais nos rumos da sociedade é mais remota e se desenvolveu sob influência do pensamento socialista que experimentou uma forte expansão pelo mundo com a eclosão da Revolução Russa. Pode-se dizer que, desde então, as origens dos conflitos sociais já não eram caracterizadas como inerentes às “disfunções” sociais, mas sim começavam a ser buscadas no interior das relações de exploração existentes numa determinada sociedade de classes.

Em linhas gerais, podemos dizer que, durante o século XX, a concepção organicista e funcional da sociedade cedeu terreno para uma concepção que assumia o conflito como inseparável do processo histórico e da estrutura social dos países ocidentais. Assim, foram se sucedendo gerações de estudiosos formados na busca do entendimento sobre a importância dos movimentos, das lutas antioligárquicas e reformadoras e, por conseguinte, da própria ideia de ruptura e mudança social como sendo fundamentais à compreensão do mundo contemporâneo.

Gradativamente, a preocupação de se estudar e se analisar os conflitos e as crises sociais foi definitivamente incorporada no debate acadêmico das mais variadas áreas das ciências sociais e das humanidades. Sobretudo foi incorporado como fator decisivo nos marcos interpretativos da dinâmica social, política e econômica e no itinerário de todos aqueles que defendem o fortalecimento da sociedade civil como instrumento imprescindível a conquista e sustentação dos direitos sociais nos países capitalistas.

Como já dissemos anteriormente, esse número de *Eccos* – Revista Científica não tem o intuito de fazer um balanço crítico das relações que se estabelecem entre os movimentos sociais, a sociedade civil, política, instituições do Estado e as mais variadas áreas do conhecimento humanístico e, particularmente, educacional, mas sim sinalizar que elas existem, desde há muito tempo; são fecundas e inspiradoras de uma série de reflexões interpretativas



dos rumos sociais, como também da formulação de propostas objetivando a intervenção na política institucionalizada ou não, como o conjunto de artigos que ela pode acolher em suas páginas bem o demonstram.

Ressalta-se como um dos constructos histórico e social fundamental na relação entre educação e movimentos sociais, o Estado. Nesse sentido, o Estado em ação no campo da política educacional tem expressado ao longo do tempo qual o projeto societário em curso, e tão importante quanto, quais disputas se manifestam em torno de um projeto educacional com vistas à manutenção ou transformação da sociedade.

Ainda há que se considerar que, ao Estado, em nossa sociedade, está delegada a tarefa de reduzir, garantir ou ampliar – por meio de suas ações – o direito social que se efetiva na condução das políticas públicas.

Diante disso há que se registrar a importância que os movimentos sociais assumem no Brasil, à medida que a luta pelo direito à educação ainda é tarefa por fazer; inacabada.

Na relação educação e movimentos sociais encontra-se um elemento fundante de garantia do direito à educação: a depender da organização e força do movimento, ele pode forjar a ampliação do direito à educação para aqueles cujo direito sempre esteve postergado.

Diante disso o dossiê traz para o debate as inexauríveis relações que se estabelecem entre a educação e os movimentos sociais possibilitando a articulação entre as discussões teóricas e o registro histórico e de determinadas práticas que se desenvolvem na contemporaneidade, tendo consciência de suas imbricações com a política, a economia e as suas consequências para a vida social.

Assim, iniciando o presente dossiê, Dominique Michèle Perieto Guhur e Irizelda Martins de Souza e Silva, em “A contraditória relação entre movimento social e Estado na disputa pela formulação de políticas públicas para a educação do campo”, nos oferecem uma interessante reflexão e consistente contribuição para o debate sobre as políticas públicas de educação e, especifi-



camente, para a educação das populações do campo. Nesse sentido, contribui para dar visibilidade a um debate que tem sido secundarizado em razão do predomínio dos estudos sobre políticas públicas daqueles voltados para a escola urbana.

Ao apresentar essa questão seus autores realizam uma conveniente e oportuna discussão acerca dos enfrentamentos que se dão no campo, e a presença, nesse enfrentamento, de elementos que há tempos caracterizam as políticas educacionais de modo geral, ou seja, a lógica da inescrupulosa mercantilização e de um viés pragmático e meramente utilitarista na formação “estimulada pelo projeto neoliberal”.

Escrevendo sobre “A participação social no Mova Abc: dos movimentos populares dos anos 60 à perspectiva neoliberal”, Edna Cristina do Prado e Sonia Maria Duarte Grego nos proporcionam conhecer a experiência desse movimento na região do ABCD paulista, criado em 1995, para constituir um diálogo entre suas proposições e características e as dos movimentos de alfabetização de jovens e adultos, surgidos nas décadas de 1960 e 1970.

Para isso, analisam as principais especificidades e lacunas do movimento de alfabetização, simultaneamente, apresentando elementos que caracterizam uma nova forma de inserção do educador no movimento popular: no passado, caracterizado mais pelo engajamento político-social; no presente, mais por uma questão de luta pela vida e direito ao trabalho. Assim, ao apontar a precarização do trabalho docente como uma diferença de perspectiva, as autoras defendem “a hipótese de que nessa mudança reside uma das causas do insucesso da ação do MOVA-Regional nos anos recentes”.

Por meio do artigo “Protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente”, Jorge Luis Cammarano González e Marcilene R. Leandro Moura investigam e problematizam o papel desses organismos estudantis, no âmbito da rede estadual de ensino do município de Sorocaba, no interior de São Paulo.

Procurando entendê-lo como uma das instâncias das quais derivam práticas sociais, objetivadas na perspectiva de formação do indivíduo, apresentam uma interessante abordagem que se circunscreve à origem e às expressões históricas do movimento estudantil secundarista e, simultaneamente, “ao entendimento da estratégia reformista, especificamente no campo da educação escolar, materializada pelo Estado brasileiro a partir dos anos noventa do século passado”.

Finalmente e de forma controversa, com base nesses aspectos, buscam compreender se o ser, precisamente assim do grêmio estudantil, “materializaria um movimento social transformado tendenciosa e predominantemente num espaço mediado por práticas assistencialistas, politizadoras da ação de seus sujeitos, na perspectiva de sua adaptação à realidade social em curso convergindo para a formação do ser social resiliente”.

No seguinte artigo desse dossiê, intitulado “As políticas educacionais do Estado brasileiro ou de como negaram a educação escolar ao homem e a mulher do campo – um percurso histórico” Adelaide Ferreira Coutinho, paciente e criteriosamente procura mostrar como, historicamente, em nosso país, a educação escolar para quem vive e trabalha no campo não foi uma prioridade do Estado.

Ironicamente, apesar do caráter da economia ter sido eminentemente agrário, durante muito tempo no país, a educação rural foi relegada nas legislações brasileiras. Assim, segundo a autora, quando a educação camponesa mereceu referência, a intencionalidade foi barrar o êxodo rural fixando o homem no campo favorecendo a elevação da produtividade rural.

Percebe-se que para o campo, desde 1889, se produziram processos educativos de contensão, impedindo que homens e mulheres ousassem querer outro tipo de vida. Em que pese à evidência de que campo e cidade fazem parte de uma mesma realidade, durante décadas, priorizou-se uma visão de escola do campo, sob o paradigma urbano, visando atender aos interesses dos setores agrários e industriais.

Nas palavras da própria Adelaide Ferreira Coutinho, esse estudo faz uma incursão histórica por essa problemática, destacando ainda, na década de 1990, os movimentos sociais e sua luta por uma educação do campo. Para ela ainda, esse processo tem como resultado a aprovação de políticas educacionais, entre as quais, o Pronera (1998) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002).

Segundo nossa autora, “há muito a se fazer pela educação do campo, no entanto, qualquer ação do Estado, nesse intuito, só logrará êxito se for democraticamente ofertada, em todos os níveis e modalidades, e se colocada, paradigmaticamente, sob outras bases, considerando as diferenças regionais, socioculturais e de organização produtiva”.

O último artigo desse dossiê “Educação e processos emancipatórios na América latina: reflexões a partir de José Martí”, apresentado pelos integrantes do grupo de pesquisa Fontes do pensamento pedagógico latino-americano, Danilo Romeu Streck, Telmo Adams e Cheron Zanini Moretti nos remetem a reflexão sobre o significado histórico e social da chamada colonialidade e o papel que a educação é chamada a desempenhar ou vem assumindo nos movimentos emancipatórios na América Latina. Para nossos autores, o pensamento de José Martí ocupa um lugar paradigmático para compreender os multifacetados processos de emancipação. Nesse estudo, suas ideias serão postas em diálogo com outros pensadores latino-americanos, tais como Simón Rodríguez, Domingos Faustino Sarmiento, Franz Tamayo, Elizardo Pérez, José Vasconcelos e José Carlos Mariátegui. Em linhas gerais, segundos os próprios articulistas, “todos os autores referenciados apontam para o sentido incompleto destes processos em nossa América.” Portanto, argumenta-se pela importância da recuperação das fontes do pensamento emancipatório latino-americano para reencontrar uma memória comum e para construir um destino compartilhado.

A colaboração estrangeira, neste volume de *Eccos – Revista Científica* nos chega com dois artigos: “O Município e a construção da política lo-

cal de educação: estudo de caso numa autarquia do Oeste”, do português António Francisco Baixinho e “La universidad frente a las necesidades y demandas locales /territoriales”, da argentina Silvina Andrea Sturniolo, com esses autores iniciamos a publicação dos artigos relacionados diretamente ao dossiê dessa edição.

António Francisco Baixinho nos informa que o seu artigo diz respeito a uma investigação empírica, realizada no âmbito do Curso de Especialização em Administração Educacional do qual participa, e incidiu, num pequeno município da Região Oeste de Portugal Continental, sobre o modo como vem se desenvolvendo a política local de educação.

Segundo ele, ainda, ao assumir a investigação uma abordagem de caráter qualitativo, procurou-se conhecer como são desempenhadas pelo município as competências legais em matéria de educação. Assim, de acordo com suas palavras, tornou-se possível “conhecer a situação relativamente à existência do Conselho Municipal de Educação, ao envolvimento dos parceiros sociais na educação, às relações escola-autarquia, à existência de um projecto educativo local, à intervenção do município na construção dos territórios educativos e aos projetos sócio-educativos desenvolvidos pelo município”.

Silvina Andrea Sturniolo, a pesquisadora argentina, apresenta os resultados dos seus estudos sobre a universidade na perspectiva da sociologia da educação. A autora trata de forma pertinente o período compreendido entre 1995 e 2000, ao analisar o ressurgimento de demandas por uma atenção à comunidade local que se realiza pela universidade que, por sua vez, são de acordo com os processos de mudança social, nos quais consta uma discussão acerca da definição social das universidades. São examinados os casos da Universidade Nacional de Patagônia Austral, Universidade Nacional de Gral, Sarmiento e Universidade Nacional Gral, San Martín.

Pelas suas mãos ficamos sabendo que, nas universidades tradicionais ou antigas, como é o caso da Universidade de Buenos Aires, está presente em seus estatutos referências a objetivos culturais, científicos e profissionais, decorren-

tes de interesses nacionais e internacionais. Por sua vez, nas universidades de criação mais recente, embora o caráter universal esteja presente, aparece em todos os casos à referência ao local, à comunidade, ao regional como objetivo privilegiado de aceitação institucional.

Escrevendo de forma sintética e precisa, Silvina Andrea Sturniolo nos mostra o surgimento de novas tendências em que “o local” tenta posicionar-se como uma nova identidade.

Em seguida, temos “A instituição escolar como ambiente de relações étnicas: o caso das “escolas alemãs” no sul do Brasil”, no qual estudando a história e a organização escolar de escolas primárias na colônia catarinense Hansa, fundada em 1897, Ademir Valdir dos Santos apresenta uma minuciosa análise de documentos da Companhia Colonizadora Hamburguesa. O autor identifica, entre outras coisas, as peculiaridades como o ensino em alemão e o currículo, que se mostra preocupado no ensino do Cálculo e na aprendizagem da língua e cultura alemãs nas disciplinas de Leitura, Escrita, Poesia, Canto, Religião e Latim. Ressalta o autor que havia também matérias como Português e História que abordavam questões pertinentes ao desenvolvimento da sociabilidade e da cultura brasileira.

Enveredando por um caminho que tem seguido por muitos estudiosos preocupados com questões de cunho étnico numa perspectiva histórica e historiográfica, Ademir Valdir dos Santos nos diz que “compreensão dessas instituições escolares na história da educação brasileira é parametrizada pelas vinculações entre currículo e cultura, considerando a questão étnica como aspecto central das relações sociais” que vem se desenvolvendo em nosso país.

“Violência: vizinha ou habitante do mesmo espaço?” Com essa interrogação Júlio Gomes de Almeida nos apresenta e nos provoca com um tema, infelizmente, extremamente atual que é a violência escolar. Partindo de discussões realizadas no interior do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Formação em Ambientes Organizacionais, no qual o autor atua como professor-pesqui-

sador, são tratados alguns aspectos dessa questão cada vez mais presente no cotidiano das escolas e que precisa, portanto, da compreensão dos educadores.

Esse artigo também se mostra polêmico, pois além de retomar algumas discussões acerca dessa problemática, segundo seu autor, apresenta um questionamento à visão segundo a qual a violência está fora e entra na escola em momentos de descuido e enfatiza o entendimento segundo o qual a violência se produz e reproduz também nas trocas que se realizam no cotidiano escolar. Segundo ele, por meio da apresentação de situações cotidianas se “procura mostrar que algumas práticas da escola precisam ser repensadas”.

Lucas Dominguini e Vidalcir Ortigara, em “Educação e formação humana: um debate histórico-ontológico” nos oferece um artigo que parte da constatação de que a organização social é produto da condição material e da ação humana em determinado momento histórico. Portanto, a disposição de compreender as formas de organização social dos modos de produção e propriedade permite a elucidação dos caminhos que a educação trilha atualmente e quais suas perspectivas na sociedade capitalista.

Referindo-se a autores como Tonet, Lukács e Mézáros explicitam a necessidade de compreendermos a condição ontológica determinante dos fenômenos sociais e o papel que cada um cumpre no processo social num determinado momento histórico.

Dizem os articulistas que, ao refletir sobre a educação e explicitar sua gênese histórico-ontológica, “nos permitirá apreender a natureza mais íntima desta dimensão da atividade humana.” Desta forma, ao expor os modos de produção determinantes na produção e reprodução humana – portanto, da sociedade –, pretendem “apresentar elementos que contribuem para evidenciar a necessidade de formulação de uma atividade educativa que perspetive a emancipação humana em contraste com o atual modelo pedagógico preponderante na sociabilidade do capital”.

Intitulado “A gestão do conhecimento no contexto hodierno: do “produtivismo” à humanização da formação”, o artigo de Naura Syria Carapeto Ferreira se propõe refletir na forma pela qual, hodiernamente, produzimos as nossas existências, como pessoas e profissionais da educação. Destaca o objetivo de analisar a gestão do conhecimento, sua compreensão na perspectiva empresarial e suas conseqüências salientando a importância da compreensão de gestão do conhecimento na perspectiva educacional e democrática comprometida com a promoção humana.

Nesse artigo, o autor parte de uma reflexão pessoal e sugere como alternativa a pesquisa científica e o diálogo ao frisar que “conhecimento regulado pelo capital tem conduzindo a sociedade mundial e a humanidade, produzindo a divisão do mundo em dois mundos, polarizando-os no mundo dos possuidores e no mundo dos possuídos. Evidencia, por isso, a necessidade da produção de um conhecimento emancipador que alicerce a construção de outra ética que não a ética liberal, rumo à construção de uma sociedade não discricionária, justa e igualitária. Nesse sentido e com esse compromisso surge a necessidade da gestão do conhecimento que, dialeticamente, pode gerir e gestar a produção do conhecimento a partir de compromissos democráticos que são solidários”.

“Trabalho e formação na perspectiva da burguesia industrial” é o artigo em que o professor Celso do Prado Ferraz de Carvalho nos apresenta resultados de uma pesquisa sobre a relação universidade – empresa com base no itinerário percorrido por uma instituição genuinamente burguesa, no caso o Instituto Euvaldo Lodi, fundado em 1969 e mantido pela toda poderosa Confederação Nacional da Indústria.

Segundo o seu autor, procura-se mostrar o Instituto como parte de um movimento maior da burguesia, que tem como finalidade influenciar na definição das políticas públicas com o objetivo de transformar a universidade em um espaço próximo aos interesses da indústria.

De acordo com a perspectiva gramsciana de intelectual orgânico, Celso Carvalho analisa “as transformações no discurso e nas falas dos dirigentes do Instituto ao longo do tempo, sua relação com as mudanças na diretoria da CNI e na conjuntura política do país.” Mostrando-nos ainda “como o Instituto participou na década de 1990 da disseminação das teses da chamada pedagogia da qualidade total, assumindo um novo discurso e redefinindo suas práticas e ações”.

Maria do Carmo Xavier e Ana Paula Lacerda Dornelles, em “O debate parlamentar na tramitação da lei 10.639/2003: interrogando o papel da escola na construção da identidade cultural e étnica no Brasil”, se propõe uma *reflexão sobre a Lei 10.639/03, considerando a ausência do debate parlamentar sobre o significado da educação escolar na construção da identidade cultural e étnica no Brasil. O objetivo confesso de nossas autoras é problematizar a inserção do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino fundamental e médio como estratégia de luta pela inclusão social do negro.*

Para elas é necessário “esclarecer os lugares de fala dos sujeitos envolvidos nesse debate e permite contextualizar os desafios na produção de políticas públicas voltadas para a correção das desigualdades sociais, no cenário brasileiro”.

Com o artigo “Diretor de escola pública: categorias teóricas de análise na pesquisa sobre o seu papel”, os professores Miguel Henrique Russo e Margarete Bertolo Boccia apresentam os resultados de uma pesquisa desenvolvida com diretores de escolas da rede estadual paulista. Por meio de determinadas categorias teóricas apreende-se como aqueles agentes desenvolvem as atribuições exigidas no seu desempenho cotidiano.

Na construção do seu raciocínio e escopo teórico, os autores também nos mostram como no bojo do referencial de análise foram utilizadas categoriais que têm origem na teoria organizacional e na psicologia social,

tais como função, papel, estereótipo, cargo, identidade social, norma social e outras.

Questionando ainda, de forma bastante perspicaz, o eterno debate acerca do trabalho do diretor de escola e sua importância nos processos didático-pedagógicos, em contraposição a uma perspectiva que deposita nesse profissional uma expectativa de “mero administrador”, o estudo apresenta elementos que nos permite compreender melhor a dimensão do trabalho do diretor com base na percepção que ele possui da sua função e do seu papel.

Como vimos, transitando por categorias que derivam da teoria organizacional e da psicologia, esse texto permite a compreensão de aspectos significativos que determinam a prática do trabalho do diretor, notadamente o forte apelo legalista a legitimar suas ações.

Em síntese, constitui uma referência importante para o debate acerca das atribuições do diretor de escola e sua importância para superar uma perspectiva burocratizante que permeia o trabalho desse profissional na cotidianidade da escola.

Por último, mas não menos importante, temos o artigo “Trabalho, profissão docente e o problema do conhecimento na formação inicial de professores”, da pesquisadora Ivanise Monfredini pelo qual a autora apresenta inicialmente elementos importantes para o debate acerca da importância do conhecimento para o trabalho e a formação docente. Nesse intento problematiza a profissão docente no âmbito da discussão sobre o trabalho, tendo como referência a categoria de prática social de Lukács. Em um segundo momento apresenta elementos consistentes para a problematização das questões anteriormente tratadas no contexto da formação de professores no âmbito da educação superior no Brasil encaminhando, assim, segundo suas próprias palavras, “alguns problemas que ainda exigem enfrentamento”.

Acreditamos que as contribuições aqui reunidas acerca de muitas das mais importantes e polêmicas problemáticas educacionais contemporâneas traduzem uma forma de pensar e projetar a pesquisa científica crítica que esta revista reivindica e procura permanentemente realizar, evidentemente, com a inestimável colaboração de nossos leitores, articulistas, pareceristas e o pessoal da coordenadoria editorial. A essas pessoas, os nossos agradecimentos.

Tenham todas e todos uma excelente leitura!

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uninove. Embu-Guaçu – São Paulo [Brasil]
carlosbauer@uninove.br

***Carlos Bauer**

** Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Campo Grande – Mato Grosso do Sul [Brasil]
mdilneia@uol.com.br

****Maria Dilnéia Espíndola Fernandes**

*** Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Uninove. São Paulo – São Paulo [Brasil]
jrdilino@uninove.br

*****José Rubens Lima Jardimino**

Referencias

BAUER, C. Contribuição para uma história dos trabalhadores brasileiros. V.1 – O despertar libertário. São Paulo: Edições Pulsar, 1994.

_____. Contribuição para uma história dos trabalhadores brasileiros. V. 2 – A hegemonia vermelha. São Paulo: Edições Pulsar, 1995.

BEISIEGEL, C. Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982.

FÁVERO, O. Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GOHN, M. G. da. Movimentos sociais e educação, 8ª Ed, São Paulo, 2009a.

_____. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª edição, São Paulo, Ed. Loyola, 2007.

_____. Novas teorias dos movimentos sociais. 2ª Ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2009b.

HARDMAN, F. Nem pátria, nem patrão!: Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RESTREPO, L. A. “A relação entre a sociedade civil e o Estado – elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina”. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2): 61-102, 2. sem. 1990.

TOURAINE, A. Le mouvement de mai ou Le communisme utopique. Paris: Seuil, 1968.